

Democracia sob pressão:

reflexões sobre a extrema
direita com as chaves do
passado, presente e futuro

Andrea Dip

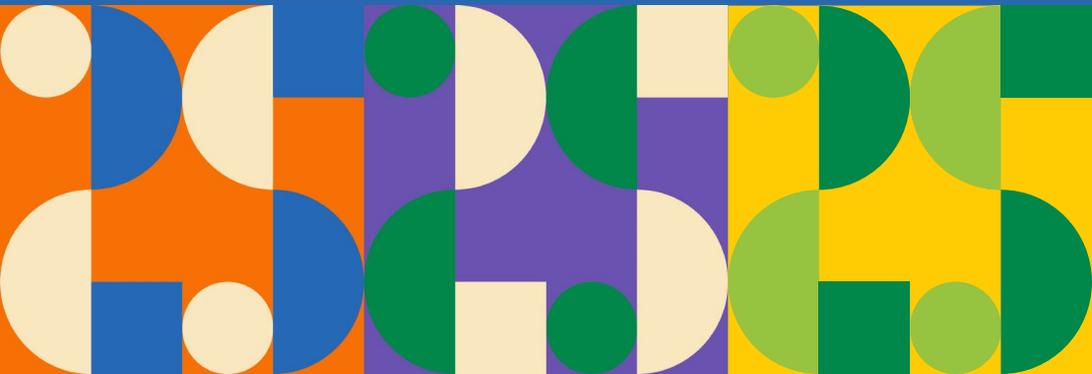
Joana Varon

Odilon Caldeira Neto

Letícia Capone; Caroline Pecoraro; Ana Julia Bernardi;
Agnes Franco; Tatiana Dourado; Fabiano Garrido

Marilene de Paula e Manoela Vianna (org)

■■■ HEINRICH
BÖLL
STIFTUNG
25 ANOS
no BRASIL



Democracia sob pressão: reflexões sobre a extrema direita com as chaves do passado, presente e futuro

Realização

Fundação Heinrich Böll
Rua da Glória, 190 – 7º andar
Glória – Rio de Janeiro – 20241-180



br.boell.org



[@bollbrasil](https://www.instagram.com/bollbrasil)



[youtube.com/boellbrasil](https://www.youtube.com/boellbrasil)

Organizadoras:

Marilene de Paula
e Manoela Vianna

Diretora da Fundação

Heinrich Böll no Brasil

Regine Schönenberg

Autores:

Agnes Franco; Ana Julia Bernardi;
Andrea Dip; Caroline Pecoraro;
Fabiano Garrido; Joana Varon;
Letícia Capone; Odilon Caldeira;
Tatiana Dourado;

Projeto gráfico:

Beto Paixão
betopaixao.jf@gmail.com

ISBN n° 978-65-87665-26-9

Licença:

CC-BY-NC 4.0 | Atribuição – Sem uso comercial

Veja a explicação da licença aqui:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

Novembro, 2025 – Rio de Janeiro

Assista ao
vídeo institucional



Baixe as
publicações



Sumário

Página

09

Os usos do passado pela extrema direita e caminhos alternativos possíveis

Odilon Caldeira Neto

Página

19

Articulada, amplamente financiada e uma máquina de criar narrativas: a engrenagem transnacional da extrema direita

Andrea Dip

Página

29

Bilhões de motivos: a convergência das ideologias e imaginários de futuro das tecno-oligarquias do Vale do Silício com o governo Trump

Joana Varon

Página

47

Desinformação ambiental e climática na Região Norte: dinâmicas e impacto no contexto da COP-30

Letícia Capone; Caroline Pecoraro;
Ana Julia Bernardi; Agnes Franco;
Tatiana Dourado; Fabiano Garrido

Prefácio

O presente modifica o olhar sobre o passado. O futuro é atingido pelo que construímos a partir das bases do presente e do passado. Ou seja, estamos a todo momento imersos em três tempos, apesar de parecer que tudo se resume ao agora. Ao mesmo tempo, se queremos transformar nossa realidade agir olhando o fluxo do tempo é primordial. Foi o que fizemos em nosso encontro de parceiros, em março de 2025, no Rio de Janeiro, onde está a sede do escritório da Fundação Heinrich Böll no Brasil. A proposta foi nos desafiar a pensar como podemos trabalhar ainda melhor com essas instituições brilhantes para defender a democracia em um contexto de ascensão da extrema direita e que diverge em todos os sentidos com os valores que defendemos.

Uma das atividades propostas foi a roda “Ascensão da extrema direita em três tempos”, na qual a jornalista investigativa do Research Against Global Authoritarianism, Andrea Dip, a fundadora da Coding Rights Joana Varon e o historiador da UFJF Odilon Caldeira falaram sobre os usos e abusos das memórias do passado brasileiro, sobre as intenções dos senhores do Vale Silício e como cada vez mais a extrema direita se conecta internacionalmente. A nosso convite os três autores trabalharam com esses temas para compor um quadro político que diz muito sobre como a onda ultraconservadora que assola diversos países e fez tremer o mundo político, mexeu também de certa forma com a vida cotidiana de cada um e cada uma. Esse cenário



exige que façamos diagnósticos profundos, mas ao mesmo tempo que novas estratégias e táticas sejam desenvolvidas para fortalecer diálogos e ações efetivas para proteger e garantir os direitos humanos e a democracia.

Às vésperas da COP 30, atualizamos esta publicação para incluir o tema da desinformação climática. Convidamos o Democracia em Xequê para apresentar uma análise sobre como, no Brasil, a desinformação é parte de uma estratégia política que busca desacreditar a ciência, as políticas ambientais e as comunidades indígenas e tradicionais — espalhando-se por redes da extrema direita ligadas ao agronegócio e às indústrias extrativas.

Odilon Caldeira, no artigo que faz parte dessa coletânea, nos inspira a pensar que os grupos de extrema direita contam a história do Brasil de uma forma “linear, evolutiva, cronológica e centrada no poder, não raramente de comemoração da ordem pré-republicana”. Um passado glorioso e reinventado, no qual a ditadura civil-militar dos anos 1960 tem local de destaque, pois traz a ideia de ordem e progresso. Caldeira lembra que a história pode ser considerada um campo de batalha e um esporte de combate e que a extrema direita está sabendo jogar esse jogo e, não raramente, faz um jogo sujo a partir dos usos políticos do passado, mas o resultado dessa partida segue em aberto.

Para Andrea Dip a ascensão da extrema direita mundial se utiliza das novas ferramentas da tecnologia, mas usa como catalizador a velha fórmula de atacar as ideias de equidade de gênero e diversidade, para gerar medo e fomentar a batalha cultural, na qual os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres ou os direitos e até a mesmo a existência da população



LGBTQI+ são uma ameaça. Trata-se de grupos políticos que “fazem parte de um movimento global, coeso, sistemático, com grande capacidade financeira e que envolve figuras centrais da política contemporânea”. Esta articulação está acontecendo agora, mas baseada em uma visão de futuro, quando usam a estratégia de formar novas lideranças ultraconservadoras e encantar as juventudes.

Para Joana Varon devemos ficar atentos ao poder das Big Techs e suas plataformas digitais, em como os senhores do Vale do Silício são atores fundamentais na disputa pela democracia hoje. A foto icônica na posse do presidente norte-americano Donald Trump que trazia os CEOs da Meta, das empresas X (Tesla, SpaceX, X, entre outras), da Amazon, da Apple, do Google e da OpenIA mostra como novos atores comandam a política e estão ditando parte da forma como nos relacionamos em sociedade, apontando como será o futuro. Joana nos convoca para a ação diante da narrativa dos “tech bros”, destacando que este momento exige estratégias coletivas de confrontação. É fundamental que as interseções entre direitos humanos, ambientais e digitais se tornem mais evidentes na atuação da sociedade civil organizada, já que a geopolítica dominada pela tecno-oligarquia afeta todos os setores da sociedade.

A política, arena de diálogo, de disputas cruciais para a sociedade, tornou-se um lugar de radicalização por parte de grupos interessados em ganhos políticos e financeiros imediatos. Atores da extrema direita compartilham uma visão de mundo heteronormativa, racista, meritocrática, em muitos casos misógina, contra a diversidade e modos de vida de povos tradicionais, militarizada e, obviamente antifeminista. Não



significa dizer que todos esses elementos estarão perfeitamente combinados, mas essa visão informa sua ação política, alicerça suas narrativas nas redes e fora delas. Esse alinhamento político coloca do mesmo lado grupos de interesse ligados aos negacionistas da crise climática, lideranças fundamentalistas religiosas, o agronegócio predatório e as Big Techs.

O campo político democrático está na defensiva, mas já entendeu que as redes sociais, o poder das Big Tech, as alianças políticas internacionais desses grupos e o uso que esses grupos fazem dos símbolos e da memória pública do passado, conforme salienta os autores, dizem muito sobre porque estão avançando nas sociedades mundo afora. Como alerta Andrea Dip, a resposta deve ser interseccional, conjugando a luta por território, por justiça climática, antifascista, pelos direitos das mulheres e população LGBTQI+ e contra o racismo. Isso não significa dizer que está separada da luta de classes, pelo contrário. A interseccionalidade é “uma necessidade estratégica diante da reorganização global das direitas autoritárias”.

Letícia Capone, Caroline Pecoraro, Ana Júlia Bernardi, Agnes Franco, Tatiana Dourado e Fabiano Garrido escrevem, no contexto da COP 30, sobre a inclusão inédita da integridade da informação na agenda da Conferência. A desinformação climática é reconhecida como um dos maiores obstáculos aos esforços de mitigação e adaptação. Segundo os autores, o alcance de postagens que buscam minar a credibilidade do Brasil como país-anfitrião mais que dobrou, chegando a 1,2 milhão de usuários em agosto, frente à média de 486 mil entre janeiro e julho.



Os autores dialogaram sobre o passado, o presente e o possível futuro do muito atuante movimento da extrema direita global. A luta atual contra os valores “woke” (quer dizer contra nós) e um futuro distópico está na mão dos donos dos big techs com uma crença absoluta nas soluções técnico-científicas, brancas e masculinas.

Ao longo dos 25 anos de atuação da Fundação Heinrich Böll no Brasil apoiamos e nos juntamos a pessoas, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e instituições com o firme propósito de construção de um mundo mais justo, com menos racismo, violência, com mais solidariedade, afeto e diálogo. A roda de conversa que gerou essa publicação também nos inspira a pensar que devemos responder de forma coordenada e efetiva à crise climática e colocar no centro do debate a equidade de gênero. Esses temas fazem parte de uma luta ancestral na defesa de uma vida com dignidade e direitos.

Agora está em nossas mãos construir narrativas positivas que alcancem as corações e mentes dos seres humanos a nossa volta.

Boa leitura!

Marilene de Paula e Manoela Vianna



Os usos do passado pela extrema direita e caminhos alternativos possíveis

Odilon Caldeira Neto¹

Não é equivocado assumir que o passado é um campo em disputa e que a extrema direita se esforça para dominar esse território. Afinal, construir leituras sobre processos históricos é um instrumento de grande importância para definições sobre as coletividades e os indivíduos que as compõem, em especial as nações e as identidades nacionais. A relação da extrema direita com o passado não é um fenômeno recente, mas é importante considerar que este processo é uma relação construída em várias estratégias e articulações. Algumas dessas são proporcionadas por novidades de tempos

¹ Historiador, professor de História Contemporânea da Universidade Federal de Juiz de Fora, pesquisador do CNPq e coordenador do Observatório da Extrema Direita.



recentes, viabilizadas pelas tecnologias de informação, mas também há questões de fundo ideológico, a partir de estratégias construídas pelos principais expoentes da extrema direita global.

Para interpretar este fenômeno, proponho a leitura das relações da extrema direita com o passado a partir de três grandes fluxos: I) a relação de uma memória nacional conservadora como dispositivo de exaltação da nacionalidade; II) a memória laudatória de regimes, movimentos e expressões do autoritarismo e extremismo político, como objeto de articulação política; III) a memória pública de passados idealizados (ou mesmo da própria extrema direita), como uma forma de construção de aprendizagem histórica a ser disseminada entre potenciais interlocutores.

Estas três esferas estabelecem espaços, estratégias e mecanismos distintos para os usos políticos do passado. Em outras palavras, isto significa que é necessário compreender as *formas*, os *conteúdos* e os *espaços* que a extrema direita articula para disseminar leituras sobre o passado. Estas formas distintas fomentam, em contrapartida, a necessidade de estratégias variadas para a crítica (e o combate) às formas antidemocráticas, elitistas e preconceituosas cristalizadas nos passados construídos pela extrema



direita. Para fins de análise, optamos por particularizar o quadro a partir da realidade brasileira, mas compreendendo que este é um fenômeno de escala global, ainda que com variações em casos particulares.

A primeira esfera da relação do passado na extrema direita, diz respeito ao fato que esses grupos e tendências políticas reivindicam uma forma específica de se contar a história nacional. Uma história linear, evolutiva, cronológica e centrada no poder, não raramente de comemoração da ordem pré-republicana. Em grande medida, são discursos românticos, ufanistas e de consolidação das mitologias nacionalistas, especialmente o mito da democracia racial, no caso brasileiro.

Até o processo de formação de uma historiografia plural e profissional nas universidades, parte significativa desta visão conservadora e voltada aos “heróis da pátria” e seus vultos, era tutelada por instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. E esta se tornou uma referência para se pensar o ensino de história, que ecoou nos momentos marcadamente autoritários da política brasileira. Sem dúvida, essa é uma história escrita e ensinada de cima para baixo, costumeiramente de reificação dos padrões autoritários e conservadores de parcelas significativas da sociedade, mas que não é explicitamente vinculada a projetos políticos da extrema



direita. Mas à medida que este modelo é incorporado, traz consigo uma estrutura de sentimentos políticos que ecoam nos tempos atuais, fundamentalmente o saudosismo de tempos passados de ordem, progresso, harmonia e culto às autoridades que emanam estes valores. Em síntese, os “bons e velhos tempos”, como a história outrora ensinou.

A segunda esfera fundamental, em contrapartida, é um espaço menos marcado pelo saudosismo que um campo estruturado na comemoração, agitação e propaganda do passado-presente das extremas direitas. Isto é, um campo de resgate da história da extrema direita e construída por ela. Neste processo, contam as mais diversas experiências autoritárias e ditatoriais possíveis, podendo apresentar usos políticos do passado na esfera formal quanto na política marginal e informal, de modo que é necessário dividi-lo em dois espaços.

Do ponto de vista do espaço da política formal, em anos recentes a comemoração de slogans inspirados no nacional-socialismo, no franquismo e no integralismo brasileiro (assim como da ditadura militar), foi normalizada na chegada da extrema direita ao poder. Longe de uma mera coincidência, este tipo de movimento buscou, por um lado, pavimentar a representatividade das diversas extremas direitas em torno de projetos políticos



como o bolsonarismo. Por outro lado, o resgate dessas tradições políticas é um movimento de aceno a grupos mais radicais que reivindicam, ainda que marginalmente, um associativismo ao campo dos fascismos e autoritarismos do século XX (isto é, o cenário tipicamente neofascista). Ou seja, é um movimento de incursão nos padrões históricos da extrema direita, mas também de representação da diversidade desse grupo.

Já o sentido informal de comemoração deste passado, opera em torno das radicalizações individuais e coletivas, de modo marcadamente marginal. Logo, compõe o segundo espaço desta segunda esfera de comemoração do passado. Em comunidades online e aplicativos, esse tipo de articulação resgata sobretudo o campo das simbologias da extrema direita e de seus significados discriminatórios. Por isso, é uma presença do passado do nazifascismo que ocorre mais por valores de associação (o racismo, o antissemitismo, a misoginia, a islamofobia, etc) do que por meio de identidades políticas sólidas e articuladas em grupos. Este é um movimento informal – e não raramente ilegal – de comemoração do passado da extrema direita que está plenamente associado ao campo da radicalização online, por isso compreende a comemoração da extrema direita como um padrão de quebra dos imperativos morais, como forma de ataque às minorias, aos direitos humanos, etc.



Essas duas esferas, em alguma medida, são elementos dispersos ou de baixa intensidade, mas que ganham tração quando há espaços de plataforma, utilização de uma abordagem sensacionalista, conspiracionista e não raramente formativa de extrema direita. A partir disso, se constitui a terceira esfera dos usos do passado pela extrema direita. Com as novas tecnologias de informação, existe uma grande possibilidade de construção de estratégias públicas que constroem formas de ler o passado, de modo coletivo, em espaços de associação aos valores conservadores e de grupos da extrema direita.

No Brasil, ações de comunicação, como as realizadas pelo grupo Brasil Paralelo funcionam como *hub* da extrema direita (a partir de valores associativos, mitos fundadores, etc.), mas também como um projeto de ensino público sobre a história. Além disso, os grupos de pressão sobre o *homeschooling* aparecem também como articuladores de uma rede de ensino voltada a esses valores. Ou seja, as duas primeiras esferas de comemoração da ordem e reivindicação da natureza política da extrema direita, encontram na terceira esfera a plataforma de abordagem pública e digitalmente agressiva de letramento.

Diante deste quadro tripartido, há o questionamento: o que fazer em relação a esses usos políticos do passado pela extrema direita? É importante considerar essas



formas diversas de usos, para discutir contra estratégias possíveis a partir das dinâmicas estabelecidas nas três esferas descritas.

Para a contraposição à primeira esfera, a historiografia acadêmica tem produzido um material volumoso e de qualidade, a partir de abordagens críticas, distintas e socialmente referenciada sobre temas clássicos e personagens esquecidas da história. O desafio, sem dúvida, é construir pontes para que a circulação deste conhecimento alcance público amplo. Seria enganoso supor que a validação entre pares, seguindo os critérios científicos e historiográficos, bastaria para que a historiografia crítica alcançasse todo o potencial que lhe cabe. Não é apenas a capacidade crítica-analítica da historiografia que garante o seu impacto social, e argumentar nesse sentido seria ignorar o quadro diversificado e complexo que traçamos aqui.

Para isso, é necessário estabelecer parcerias que ampliem os espaços de presença dos historiadores e das historiadoras no espaço público. O cotidiano educacional formal (e o processo de “transposição didática”) não é o bastante para delimitar uma contra estratégia sobre as demandas de educação histórica. Isto traz também um desafio de formação, pois é necessário compreender que os cursos de História não devem se preocupar



apenas com a formação de pesquisadores(as) e professores(as), mas também de profissionais que saibam enxergar e criar um campo de interlocução, atuação e intervenção pública.

Em relação à segunda esfera, é necessário empreender um esforço efetivo no cenário do contra-extremismo e da radicalização. Inicialmente, isso envolve uma preocupação de cunho educacional, pois é necessário educar e ensinar sobre o extremismo de direita, seja do ponto de vista da história (dos fascismos, dos genocídios e das ditaduras), mas também a partir dos elementos que compõem o imaginário da extrema direita na atualidade e de seus valores de associação, como a misoginia, o antissemitismo, a islamofobia, a transfobia, etc. Este universo simbólico e de repertório precisa ser plenamente ensinado, inclusive como uma forma de alerta nos cotidianos crescentes de violência escolar.

Além disso, é necessário discutir o aspecto jurídico-legal e das políticas públicas da questão, pois a legislação brasileira, por exemplo, trabalha com um paradigma constituído a partir da realidade do extremismo de direita dos anos 1980/90. Naquela época, o repertório e a complexidade do quadro eram distintos da atualidade, seja do ponto de vista da natureza política, mas também das estratégias adotadas por estas



tendências. Isto é, o quadro do extremismo de direita na atualidade se manifesta de modo transnacional, fragmentado, articulado e diversificado. É necessário que a legislação acompanhe essa discussão, assim como que pesquisadores estejam atentos(as) às demandas possíveis do debate público sobre o tema.

Por fim, a terceira esfera impõe questões ainda maiores. Neste campo, a disparidade de financiamento, a lógica algorítmica e a filiação ideológica das *big techs* é um grande desafio. Afinal de contas, o problema em questão não é apenas o conteúdo e abordagem sobre a história (e o passado e a memória), mas os meios que constituem essas lógicas. O conteúdo de extrema direita se mostra absolutamente rentável financeiramente e politicamente, seja por interesses explícitos das lideranças das plataformas, mas também porque ele traz uma capacidade de atração, fixação e engajamento, inclusive das pessoas que criticam e se opõem a essas concepções de mundo. Ou seja, é um jogo de ganhar-ganha para as plataformas.

Diante disso, infelizmente, não há saídas tão fáceis a desenhar. No entanto, tratando a partir do campo disciplinar e profissional da História, a noção de História Pública (e História Pública Digital) é um aliado de grande potencial. Isto envolve pensar, a partir do paradigma



historiográfico, a produção de conteúdos e meios para o diálogo público da história. Levando em consideração, mas indo além dos aspectos delimitadores da lógica da divulgação científica, essa noção de “público” envolve diversos setores na construção da chamada História Pública. Ou seja, a percepção de que é possível, não apenas, construir a história para que o público participe da recepção, mas que essa noção tenha o público como parte verdadeiramente constituinte do processo. Seja para pensar o público-alvo, mas também para possibilitar a construção coletiva e de parcerias nestas formas de escrever e ensinar a história, além das universidades e além dos espaços formais de educação. Em suma, a criação de realidades possíveis, com todos os limites e possibilidades que isso nos dá.

Em síntese, se a história é um campo de batalha e um esporte de combate, é necessário que tracemos um diagnóstico profundo e sempre atualizado sobre como a extrema direita joga esse jogo e, não raramente, faz um jogo sujo a partir dos usos políticos do passado. Em resposta a isso, é necessário reconhecer os nossos limites e, a partir dessa percepção, a construção de espaços de diálogo, colaboração e articulação. O jogo segue em aberto.



Articulada, amplamente financiada e uma máquina de criar narrativas: a engrenagem transnacional da extrema direita

— **Andrea Dip¹**

Nos últimos anos, como jornalista investigativa, tenho me infiltrado em congressos de extrema direita e entrevistado políticos e membros de organizações ultraconservadoras na Europa e na América Latina. Meu objetivo tem sido

¹ Andrea Dip é jornalista investigativa, pesquisadora e autora do livro "Em nome de quem? A banca- da evangélica e seu projeto de poder". Atualmente, vive em Berlim e faz parte do Research Against Global Authoritarianism (ReGA) e do International Research Group on Authoritarianism and Counter-Strategies da universidade de Potsdam. No Brasil, apresenta o podcast semanal Pauta Pública na Agência Pública de Jornalismo Investigativo.



compreender como se articulam as redes transnacionais desses movimentos, como constroem e disseminam narrativas e como transformam discursos reacionários em pânico moral e, não raramente, em políticas de Estado.

Essa investigação tem me levado a eventos na Hungria, Polônia, Alemanha, Bélgica, República Tcheca, Espanha, Portugal, entre outros países. Mas o trabalho começou muitos anos antes, ainda no Brasil, olhando para violações de direitos humanos e violência de gênero, que me levaram a pesquisar os atores políticos e religiosos impulsionadores dessas violências – sobretudo nos anos pré e durante o governo Bolsonaro – e me fez entender que essas ações, políticas públicas, declarações polêmicas e construção de narrativas contra a garantia de direitos de grupos específicos não são aleatórias ou desconectadas: fazem parte de um movimento global, coeso, sistemático, com grande capacidade financeira e que envolve figuras centrais da política contemporânea.

Em muitas dessas conferências a portas fechadas ou semicerradas, estão ministros, parlamentares, líderes partidários, chefes de Estado, representantes de grandes organizações e think tanks. Gente que tem poder de decisão. Ali, articulam estratégias legislativas, definem pautas comuns, costuram narrativas, mapeiam inimigos e incentivam a perseguição de opositores ideológicos.



Destes encontros nascem projetos de lei que são replicados em diferentes países, apenas adaptando-se às realidades locais. Exemplos disso são projetos de lei relacionados ao *homeschooling* ou a ideia de levar professores “doutrinadores” à justiça – o assédio jurídico é amplamente incentivado nesses espaços – e projetos para proibir linguagem inclusiva.

Financiamento

Um **estudo conduzido por Neil Datta**², secretário do Fórum Parlamentar Europeu para Direitos Sexuais e Reprodutivos revelou que, apenas entre 2009 e 2023 – ou seja, no início do boom da nova extrema direita no mundo – organizações antigênero movimentaram cerca de US\$ 1,18 bilhão em campanhas contra direitos reprodutivos e direitos da população LGBTQIA+. Ainda de acordo com a pesquisa, algumas das principais fontes são os Estados Unidos e a Europa: a direita cristã americana, organizações jurídicas como a Alliance Defending Freedom e o European Center for Law and Justice. Também a Rússia, com dinheiro vindo de oligarcas, de *dark money*, além de agências estatais que promovem

² DATTA, Neil. Tip of the Iceberg: Religious Extremist Funders against Human Rights for Sexuality & Reproductive Health in Europe. Bruxelas: European Parliamentary Forum for Sexual and Reproductive Rights, 2021. Disponível em: <https://www.epfweb.org/node/1147>. Acessado em 30 de outubro de 2025.



ideias nacionalistas, do *astroturfing* – termo para campanhas ou mensagens que parecem estar ocorrendo naturalmente, mas que na verdade estão sendo definidas por uma empresa, elites econômicas e aristocratas europeus; famílias ricas da Alemanha, Áustria ou outros países; recursos estatais – muitas dessas organizações recebem dinheiro do Estado por meio de programas para jovens ou aconselhamento para mulheres grávidas, por exemplo. E, por fim, as redes religiosas.

Outro **dado recente** que chama a atenção é que a fundação ultraconservadora norte americana Heritage Foundation teria levantado mais de US\$ 120 milhões desde 2020 para grupos consultivos do “**Projeto 2025**”³, um documento de 900 páginas para “reformatar” rapidamente, ou alterar radicalmente, o governo dos EUA fechando agências e escritórios, revogando regulamentações e substituindo milhares de funcionários do setor público por aliados políticos cuidadosamente selecionados. O documento, definido como “um projeto para o nacionalismo cristão e o autoritarismo” pelo Global Project Against Hate and Extremism, tem servido como uma bíblia para a nova gestão de Trump e, mais do que um projeto para o nacionalismo cristão e o autoritarismo, tem sido uma agenda ativa.

3 DANS, Paul & GROVES, Steven. Project 2025: Presidential Transition Project, Mandate for Leadership: The Conservative Promise. Washington, DC: Heritage Foundation, 2022.

Gênero no centro

O fio condutor dessas conferências é invariavelmente a pauta de gênero. Em defesa de um ideal de família heteronormativa e biologizante, criam-se as fantasias de pânico moral. As feministas, a esquerda, os comunistas, a comunidade LGBTQIA + (sobretudo as pessoas trans), os professores universitários, o movimento antirracista, os antifascistas, organizações internacionais e os imigrantes querem, segundo essas narrativas, descaracterizar, doutrinar e, no fim, destruir a família. Com este mote, sobretudo as pautas antiaborto, antifeminista e antitrans atravessam debates sobre economia, imigração, segurança, educação e território. A defesa dessa instituição, que olha para um passado idealizado, é apresentada como missão civilizatória e, em última medida, missão religiosa.

As pautas de gênero são centrais não apenas por convicções morais. Um exemplo é a atuação do presidente da Argentina, Javier Milei, que se diz um “libertário”, mas criou uma secretaria de “Culto e Civilização” cujo secretário, Nahuel Sotelo, é contra o aborto, critica fortemente a Lei de Identidade Sexual e prometeu, assim que assumiu, travar uma batalha cultural libertária.

Vale lembrar também que em seu primeiro dia de governo, Donald Trump assinou decretos para restringir direitos das



pessoas trans em diversos níveis. Essa campanha tem se mostrado uma poderosa ferramenta de mobilização do medo e comoção pública: na construção de fantasmas sociais, na transformação de direitos em ameaças, no uso da linguagem religiosa para justificar o controle dos corpos — especialmente de mulheres e LGBTQIA+ em geral.

Ao mesmo tempo, a esquerda institucional e parte dos movimentos progressistas ainda hesitam em tratar essas pautas com a devida seriedade. No Brasil temos uma longa lista de exemplos de líderes políticos de esquerda que se comprometeram publicamente a não descriminalizar o aborto ou no mínimo se esquivaram de olhar para o tema. Assim, as leis continuam ultrapassadas e o debate não acontece de forma justa. Enquanto se mantém o tabu ao redor do assunto, a conversa chega na população pelo viés do medo, do pecado, do crime. Mesmo diante de indicadores alarmantes de emergência de saúde pública, como as milhares de mortes anuais decorrentes de abortos inseguros ou no alto índice de assassinatos de pessoas trans.

Em eventos como os Summits promovidos pela poderosa organização transnacional Political Network for Values (PNfV), estes temas são discutidos por dias.

No último encontro da PNfV que aconteceu no Senado Espanhol em Madrid, em dezembro de 2024,



parlamentares, ministros, ativistas e representantes de organizações ultraconservadoras da América Latina, Europa, Estados Unidos e África se reuniram para fazer contatos, refletir sobre projetos de lei, trocar experiências bem-sucedidas e traçar estratégias para combater a esquerda e o que a extrema direita chama de cultura “Woke” (termo que foi reformulado e é usado pejorativamente pelos conservadores para se referir a uma agenda “globalista” que é feminista, pró-aborto, antirracista, pró-LGBTQI+, socialista, indigenista etc).

Muito se falou sobre como os valores cristãos devem sustentar as políticas públicas, a importância de lutar pela “vida desde a concepção até a morte natural” – o que significa, acima de tudo, proibir o aborto e a eutanásia em qualquer circunstância – e também sobre como, na prática, proibir os direitos das pessoas trans. Muito do que foi elaborado ali, está sendo posto em prática pelo atual governo Trump. Isso já era previsto: os palestrantes comemoravam a eleição de Trump e afirmavam que ele finalmente iria por aquelas ideias em prática.

Rita Matias, uma jovem deputada de Portugal, disse na ocasião: “Um homem é um homem e nunca poderá ser uma mulher. Uma família é um homem, uma mulher e seus filhos. O aborto é o assassinato de um bebê no útero. Fui ao congresso sobre o clima. O movimento woke está



colocando a agenda de gênero na agenda ambiental. Tenho 26 anos e chegou a nossa hora de defender os valores de nossos avós. Nossa luta é espiritual”. Entre os países presentes no evento estavam: Argentina, Áustria, Bélgica, Brasil, Bulgária, Canadá, Camarões, Chile, Colômbia, Croácia, República Dominicana, França, Alemanha, Hungria, Itália, Quênia, México, Marrocos, Nigéria, Panamá, Paraguai, Polônia, Portugal, Romênia, Espanha, Serra Leoa, Suíça, Uganda, Ucrânia e Venezuela, entre outros.

A delegação do Brasil foi representada pelo senador Eduardo Girão e pelo deputado federal Nikolas Ferreira. Na ocasião, o senador Girão disse: “Estou aqui com vocês para falar sobre o surgimento da liberdade de expressão no Brasil de hoje, um pilar fundamental da democracia que, depois de muitas décadas, está sob séria ameaça em meu país, que tem cerca de 80% de conservadores, mas onde muitas pessoas influentes estão sendo intimidadas. Nos últimos anos, temos visto um aumento na censura contra cidadãos comuns, jornalistas, religiosos e parlamentares. Em vez de proteger o direito das pessoas de expressar suas opiniões, algumas autoridades optaram por silenciar vozes com as quais não concordam. Esse tipo de controle não só prejudica os indivíduos, mas também a própria ideia de democracia, onde todos devem ter o direito de falar e ser ouvidos. A censura generalizada no Brasil começou em 2019, após um ato arbitrário de poder



do presidente do Supremo Tribunal Federal, se hoje o Brasil tem uma ditadura comandada por uma juristocracia”.

Nikolas Ferreira faz parte da liderança da juventude do PNfV e assim como em outros eventos dessa organização, foi apresentado como tal. Não como um representante do Brasil, mas como um representante da juventude ultraconservadora do mundo. Suas ideias radicais contra o aborto, contra pessoas trans, contra feministas e a esquerda – para ter uma visão mais abrangente das ideias defendidas pelo deputado recomendo a leitura do **paper “Curso Formação Conservadora: Como pensa a extrema direita brasileira?”**⁴, que escrevi junto com Niklas Franzen – são celebradas e ampliadas nesses espaços.

De olho na juventude

Outro aspecto relevante é o investimento na formação política de jovens. Organizações como a Political Network for Values promovem cursos de até seis meses, com treinamentos intensivos, viagens e orientação direta de líderes da extrema direita, como o chileno José Antonio Kast. Não se trata portanto de um movimento que vai envelhecer e morrer, mas de um projeto de longo prazo que prepara

4 DIP, Andrea & FRANZEN, Niklas. Curso Formação Conservadora: Como pensa a extrema direita brasileira?. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2024.



as próximas gerações para continuar essa cruzada. Essa juventude tem espaço dedicado nestes eventos, criam manifestos, vídeos e estratégias de como alcançar mais jovens nas redes sociais. Não raramente, são ainda mais radicais em seus discursos do que os mais velhos.

Interseccionalidade como Resistência

Frente a essa ofensiva global, é urgente repensar as estratégias de resistência enquanto campo progressista. Muitas vezes, as feministas são acusadas de “desviar o foco” das lutas reais ao insistir nas pautas de gênero. Mas a verdade é que a extrema direita sabe exatamente onde atacar: nos corpos, nas sexualidades, nas autonomias. Aí movem corações e mentes, tocam em pautas importantes pelo viés do medo e do pecado e aí constroem as fantasias que alimentam o pânico moral e a violência.

A luta por direitos de gênero é interseccional. Não pode ser separada das lutas por território, por justiça climática, da pauta antirracista, antifascista, por moradia, pelo trabalho digno. Não pode ser separada da luta de classes. A interseccionalidade com as pautas de gênero não é uma escolha. É uma necessidade estratégica diante da reorganização global das direitas autoritárias e deve ser vista como tal.



Bilhões de motivos: a convergência das ideologias e imaginários de futuro das tecno-oligarquias do Vale do Silício com o governo Trump¹

Joana Varon²

1 Este artigo é uma versão atualizada da fala apresentada no encontro de parceiros da Fundação Heinrich Böll, realizada em março de 2025. A análise tecnopolítica aqui desenvolvida é resultante da prática e das vivências de cerca de quase 20 anos seguindo, pesquisando e tentando influir com uma perspectiva feminista, contra-colonial e de direitos humanos em distintos espaços de governança da Internet e de incidência em política pública sobre tecnologias digitais, tanto a nível global, regional e nacional. As reflexões que apresento também tem base em anos de pesquisa e articulações com coletivos, organizações, redes e ativistas feministas que, principalmente da perspectiva latino-americana, têm sido vitais para a formulação de posicionamentos críticos e a construção de alternativas aos rumos do desenvolvimento de tecnologias pela lógica dominante do monopólio das Big Tech. Colegas a quem agradeço profundamente, ainda que, pela falta de espaço, de forma genérica, pelas trocas, inspiração, cuidado e resiliência, mais ainda quando criativa e prazerosa.

2 **Joana Varon** é fundadora e co-diretora executiva da Coding Rights, uma organização feminista que atua e debate tecnologia sob uma perspectiva coletiva, transfeminista, decolonial e antirracista de defesa de direitos humanos. Doutoranda em Design e Antropologia pela ESDI/UERJ, afiliada do Berkman Klein Center for Internet and Society da Universidade de Harvard, e *alumni* da Mozilla Foundation, tem realizado projetos criativos que operam na intersecção entre pesquisa, ativismo, arte e tecnologia, como transfeministech.org, cartografiasdainternet.org, chupadados.com, #SaferManas, SaferNudes, protestos.org, freenetfilm.org.



Não é trivial considerar que as cinco pessoas mais ricas do mundo hoje são homens fundadores de empresas de tecnologia do Vale do Silício: Elon Musk (SpaceX, Tesla, X, entre outras), Jeff Bezos (Amazon), Mark Zuckerberg (Meta), Larry Ellison (Oracle), Bill Gates (Microsoft). Essa mudança na concentração da riqueza global, que décadas atrás era mais difusa entre outros setores da economia e outros territórios, evidentemente tem consequências nas correlações de poder da geopolítica mundial. Afinal, no sistema capitalista em que vivemos, concentração de riqueza é equivalente a acúmulo de poder. O que significa para a geopolítica mundial um cenário em que vários bilionários de apenas um setor e território sejam detentores de fortunas maiores que o PIB de muitos países?

Nas manchetes de notícias começa a aparecer o termo *tecno-oligarquia*³ ou *oligarquia digital*⁴ para se referir a esse momento no qual os poucos *tech barons*, CEOs de grandes empresas de tecnologia, as chamadas Big Tech, ao concentrarem monopólios tecnológicos em suas áreas de atuação (buscador, rede social, e-commerce, sistema operacional, foguetes, Inteligência Artificial, etc), acumulam muito poder político, econômico e até mesmo militar. A presença de Zuckerberg, Bezos e Musk, acompanhados

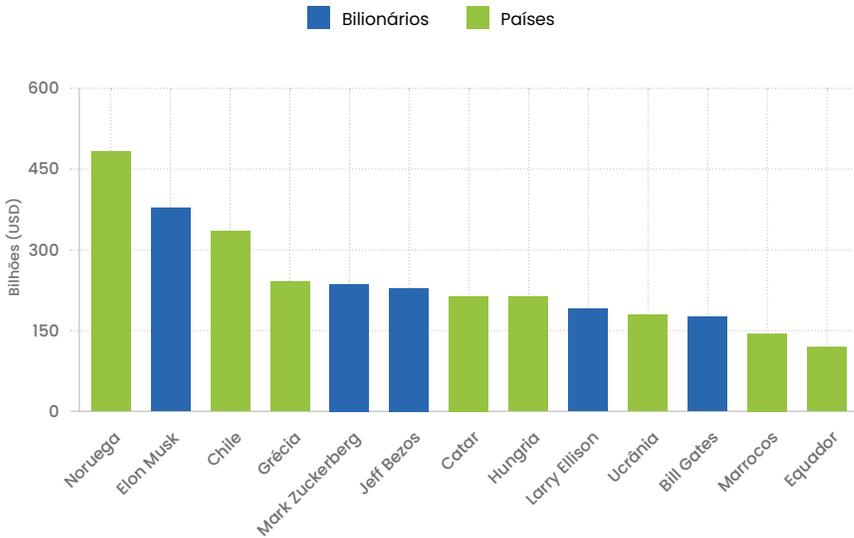
3 OpenMedia. "The Rise of the Tech Oligarchs Part I: How we got here," OpenMedia. Acesso em 6 de junho de 2025, <https://openmedia.org/article/item/the-rise-of-the-tech-oligarchs-part-i-how-we-got-here>.

4 European Commission, Competence Centre on Foresight. "New digital oligarchy." Knowledge for Policy. Acesso em 6 de junho de 2025. https://knowledge4policy.ec.europa.eu/foresight/topic/diversifying-inequalities/new-digital-oligarchy_en.



Riqueza dos Bilionários vs PIB de Países

Comparação em bilhões de dólares (USD) - Dados de 2025/2023



Fonte: Este gráfico usa dados da Forbes (2025) sobre as riquezas dos principais bilionários e dados do Banco Mundial (2023) para elencar o PIB de alguns países. Os países apresentados não estão ordenados em ranking, foram escolhidos de maneira aleatória, de acordo com a proximidade do PIB e da riqueza dos bilionários, apenas para ilustrar um pouco o peso geopolítico dessas fortunas.

também de Sundar Pichai (Google), Tim Cook (Apple) e Sam Altman (OpenAI), todos juntos em lugar de destaque na posse do presidente estadunidense, Donald Trump, nos remete ainda mais a esse conceito de tecno-oligarquia.

Por algum tempo, para muitas pessoas, foi predominante a narrativa de que esses proeminentes líderes de empresas



de tecnologia eram nerds, democratas e gênios inventando coisas inovadoras e disruptivas em suas garagens, o que resultou em empresas bilionárias que pareciam ter, ao menos superficialmente, alguma preocupação social e libertária. Mas ao menos a narrativa da preocupação social foi perdendo força diante da predominância da ambição por lucro – talvez pelo menos no campo que debate direitos humanos e tecnologia –, principalmente depois de vários escândalos internacionais sobre as práticas e políticas dessas empresas. Escândalos que se intensificaram desde 2013, com as revelações de Edward Snowden⁵, consultor de segurança da informação, ex-CIA e ex-NSA, que mostrou como essas empresas operavam, oferecendo portas dos fundos para práticas de vigilância global por parte dos chamados 5 Eyes (EUA, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Reino Unido). Anos depois, em 2015, se sobressaiu o escândalo de violação de privacidade e manipulação política de dados do Facebook pela Cambridge Analytica,⁶ assessoria política que dirigiu a campanha digital de Trump contra Hillary Clinton, em 2016. E daí se seguiram inúmeras denúncias de ex-funcionários sobre práticas antiéticas dessas empresas, como o caso que demonstrou a priorização de lucro em detrimento da saúde mental de adolescentes, denunciado pela delatora Frances Haugen⁷,

5 Wikipedia. "Revelações da vigilância global (2013–presente)," Wikipedia, a enciclopédia livre, Acesso em 6 de junho de 2025, [https://pt.wikipedia.org/wiki/Revela%C3%A7%C3%B5es_da_vigil%C3%A2ncia_global_\(2013%E2%80%93presente\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Revela%C3%A7%C3%B5es_da_vigil%C3%A2ncia_global_(2013%E2%80%93presente)).

6 Wikipedia. 2025. "Escândalo de dados Facebook–Cambridge Analytica." Wikipedia, a enciclopédia livre. Acesso em 6 de junho de 2025. https://pt.wikipedia.org/wiki/Esc%C3%A2ndalo_de_dados_Facebook%E2%80%93Cambridge_Analytica.

7 Wikipedia. "Frances Haugen," Wikipedia, a enciclopédia livre. Acesso em 6 de junho de 2025,

da META, em 2021; ou a demissão de Timnit Gebru⁸, em 2020, por criticar a ética das políticas de IA do Google. Casos a que se somam denúncias de violações trabalhistas, seja pela forma de funcionamento dos armazéns da Amazon⁹ e pelo trabalho insalubre¹⁰ na moderação de conteúdo de redes sociais, entre muitos outros.

Ainda assim, diante de cada escândalo, CEOs e a equipe de comunicação dessas empresas se esforçavam para conter a crise e tentar manter a narrativa de que essas empresas se preocupam com a segurança dos consumidores de seus produtos e eram a favor da democracia e de algum tipo de regulação, ainda que leve, que balizasse e respaldasse suas práticas. Como os primeiros escândalos tinham a ver com uso de dados, algumas das respostas de governos pelo mundo, do Brasil inclusive, foi a aprovação de legislações de proteção de dados pessoais que, pautadas por uma noção vaga de consentimento¹¹, ousou dizer que ofereceram um porto

https://pt.wikipedia.org/wiki/Frances_Haugen.

8 Wikipedia. "Timnit Gebru," Wikipedia, a enciclopédia livre. Acesso em 6 de junho de 2025, https://pt.wikipedia.org/wiki/Timnit_Gebru.

9 TecMundo. "Amazon está sendo investigada por condições precárias de trabalho," TecMundo, 23 de junho de 2023, <https://www.tecmundo.com.br/mercado/265583-amazon-sendo-investigada-condicoes-precarias-trabalho.htm>. Olhar Digital, "Amazon: acidentes de trabalho são muito mais comuns que em outros armazéns," Olhar Digital, 12 de abril de 2023, <https://olhardigital.com.br/2023/04/12/pro/amazon-acidentes-de-trabalho-sao-muito-mais-comuns-que-em-ou-tros-armazens/>. O Globo, "Amazon denunciada por ameaçar, interrogar e vigiar funcionários em um armazém em Nova York," O Globo, Acesso em 6 de junho de 2025, <https://oglobo.globo.com/economia/amazon-denunciada-por-ameacar-interrogar-vigiar-funcionarios-em-um-armazem-em-nova-york-25370192>.

10 ROBERTS, Sarah T. *Behind the Screen: Content Moderation in the Shadows of Social Media* (New Haven: Yale University Press, 2019).

11 PEÑA, Paz & VARON, Joana. "Consent to our Data Bodies: lessons from feminist theories to enforce data protection," Coding Rights, 8 de março de 2019, <https://codingrights.org/docs/ConsentToOur->



seguro para essas empresas seguirem suas práticas no capitalismo da vigilância¹². Sobre os temas de denúncias que se seguiram, demandando restrições legais sobre moderação de conteúdo, condições trabalhistas, regulação de IA e, mais recentemente, questões socioambientais, as tentativas de regulação foram alvo de lobby intenso e até mesmo com estratégias ilegais das Big Tech¹³. E, pelo menos no Brasil, o bloqueio a iniciativas nesse sentido ganhou apoio das bancadas da extrema direita no Congresso Nacional.

Em 2025, essa proximidade com posicionamentos da extrema direita ficou ainda mais explícita nas imagens da posse do segundo mandato de Trump, nas notícias de doações desse grupo de tecno-oligarcas à nova gestão do bilionário¹⁴ e na criação da Agência de Eficiência Governamental (DOGE, sigla em inglês), liderada por Musk, que passou a fazer parte do governo por uns meses¹⁵. Será que esse cenário indica que algo mudou?

DataBodies.pdf.

12 ZUBOFF, Shoshana. *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power* (New York: PublicAffairs, 2019).

13 Folha de S.Paulo. "Google lança ofensiva contra PL das fake news, mostram emails e relatório," Folha de S.Paulo, maio de 2023. Acesso em 6 de junho de 2025, <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/05/google-lanca-ofensiva-contra-pl-das-fake-news-mostram-emails-e-relatorio.shtml>. G1. "MPF questiona Google sobre possível favorecimento de conteúdos contrários ao PL das fake news em resultados de busca". G1, 1º de maio de 2023. Acesso em 6 de junho de 2025, <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/01/mpf-questiona-google-sobre-possivel-favorecimento-de-conteudos-contrarios-ao-pl-das-fake-news-em-resultados-de-busca.ghtml>.

14 G1. "Depois de Meta e Amazon, Google e Microsoft doam US\$ 1 milhão cada para posse de Trump, diz agência". G1, 10 de janeiro de 2025. Acesso em 6 de junho de 2025, <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2025/01/10/depois-de-meta-e-amazon-google-e-microsoft-doam-us-1-milhao-cada-para-posse-de-trump-diz-agencia.ghtml>.

15 Agência Brasil. "Elon Musk deixa governo Trump e encerra mandato turbulento," Agência Brasil, 28 de maio de 2025. Acesso em 6 de junho de 2025, <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacio>





No dicionário, oligarquia¹⁶ se refere a “um governo no qual um pequeno grupo exerce controle, especialmente para fins corruptos e egoístas”. A priori, ao se sentar ao lado de Donald Trump, ao contrário dos anos anteriores, essas empresas e CEOs já nem tentam parecer interessadas com transparecer preocupação sobre os direitos daqueles que as utilizam ou são alvo de suas tecnologias. Não quer dizer necessariamente que passaram de liberais a republicanos ou extrema direita. Mas elas não estão mais apenas exercendo lobby sob um governo, no jogo desequilibrado da democracia. Seu poder de influência, e o diálogo entre bilionários, permitiu que seus líderes ou virassem parte do governo, ou passassem a trocar favores informais com políticos para controlar as ações do governo. Se eles não se encaixam exatamente em definições de extrema direita, fica então a pergunta: que ideologias estão por trás dos CEOs das Big Tech para que pareçam se alinhar tão explícita e descaradamente com essa ideologia política?

No primeiro episódio do podcast “Imagine”¹⁷, produzido pela Coding Rights, entrevistamos a filósofa Annette Zimmermann, que estava por lançar um livro justamente sobre ideologias do Vale do Silício. Annette destacou a recente expansão de duas ideologias entre os *tech bros*: o

nal/noticia/2025-05/elon-musk-deixa-governo-trump-e-encerra-mandato-turbulento.

16 Merriam-Webster Dictionary. 2025. S.v. “oligarchy”. Acesso em 6 de junho de 2025. <https://www.merriam-webster.com/dictionary/oligarchy>.

17 Esse episódio do podcast foi gravado em inglês, mas foi transcrito e traduzido em português, ambos os formatos estão disponíveis em <https://codingrights.org/project-item/imagine-um-podcast-da-coding-rights/>

longtermismo (*longtermism*) e altruísmo eficaz (*effective altruism*), do qual derivou o aceleracionismo eficaz (*effective accelerationism*). *Longtermism* é uma filosofia e movimento intelectual¹⁸ que prega que nossa principal preocupação moral deveria ser priorizar uma visão de futuro da humanidade no longo prazo. Nesse sentido, questões cotidianas e atuais de proteção de direitos humanos, no contexto de desenvolvimento de tecnologias, não teriam importância, o foco deveria ser apenas em questões que causam risco existencial para a continuidade da espécie humana. Já o *effective accelerationism* é um termo ainda mais recente, cunhado em 2022 por perfis anônimos no antigo Twitter, para se referir a uma filosofia que prega o progresso tecnológico irrestrito, principalmente impulsionado pela Inteligência Artificial, que é vista como solução para qualquer problema da humanidade. Seus seguidores acham que não devemos fazer nada para regular inovações tecnológicas, ao contrário, devemos acelerá-las, porque acreditam que, em um futuro distante, a IA acabará tornando a vida humana melhor, custe o que custar no meio do caminho. Não há, portanto, um plano real para mitigar desigualdades, extrema pobreza, racismo estrutural e assim por diante... Segundo Annette:

“Esta é uma ideologia que se sente confortável com sacrifícios massivos e com desigualdades e injustiças

¹⁸ Alguns dos pensadores que cunharam essa filosofia são Nick Bostrom (um dos fundadores do movimento transhumanista moderno), Toby Ord e Will MacAskill. Nomes que se citam e se conectam à Universidade de Oxford e ao Future of Humanity Institute.

massivas, porque é movida pela esperança de que a elite que vê os benefícios desta nova tecnologia mágica acabe por alcançar um status quo ainda melhor. Também vale a pena notar que os fundamentos ideológicos do *effective accelerationism* têm laços bastante explícitos com o pensamento de extrema direita. O manifesto Tecno-Otimista de Mark Andreessen¹⁹ cita com bastante aprovação um manifesto fascista italiano do início do século XX sobre o papel da tecnologia na higienização da sociedade. Esta não é uma ideologia que tenta tornar a sociedade mais livre e mais igualitária. É uma ideologia que está orientada para ampliar e consolidar o poder das elites sociais atualmente existentes. Na verdade, é uma ideologia que pressupõe que há apenas algumas pessoas que estão melhor posicionadas para fazer julgamentos realmente importantes sobre os objetivos que devemos perseguir quando concebemos e utilizamos a tecnologia.” – Annette Zimmermann para o podcast “Imagine”

Como o longterminismo é mais autoexplicativo, abaixo, tentei resumir algumas características apenas do aceleracionismo eficaz com base em manifestos e declarações de seus principais representantes:

¹⁹ Marc Lowell Andreessen é um investidor de risco e programador americano, co-criador dos navegadores Mosaic e Netscape, é uma figura influente no Vale do Silício, sendo investidor inicial do Facebook e *early investor* do Twitter, Airbnb, Uber, entre outros. Contribuiu com Musk para aquisição do Twitter. Seu manifesto Tecno-Otimista foi autopublicado em 2023, considera que a tecnologia é que impulsiona riqueza e felicidade.



ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO ACELERACIONISMO EFICAZ

otimismo tecnológico e tecnosolucionismo extremo	desenvolvimento de AGI ²⁰ sem restrições
aceleração tecnológica irrestrita	maximização de energia
crença em que a automação e criptomoeda substituem mecanismos tradicionais de governança	tecno-capital como promotor do progresso

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO ACELERACIONISMO EFICAZ

rejeição à considerações éticas no desenvolvimento de tecnologias	progresso a qualquer custo
resistência à regulação e controles governamentais	rejeição a limites de crescimento
nacionalismo tecnológico	competição e temor de que outros países avancem mais rápido

No mesmo episódio, também entrevistamos a Timnit Gebru, cientista da computação que foi demitida do Google depois de ser censurada pela empresa na publicação de um estudo sobre ética e Inteligência Artificial. Na entrevista,

²⁰ A sigla AGI representa “Artificial General Intelligence”, traduzida como Inteligência Artificial Geral ou inteligência de nível humano. Ela faz referência a um tipo de IA que teoricamente se iguala ou supera as capacidades cognitivas humanas. Atingir esse tipo de IA é um dos principais objetivos de empresas como a OpenAI, Google e Meta. Para saber mais: “Artificial General Intelligence,” Wikipedia, A Enciclopédia Livre. Acesso em 18 de junho de 2025, https://en.wikipedia.org/wiki/Artificial_general_intelligence.





Timnit ressaltou conclusões de um artigo²¹ publicado por ela e a pesquisadora Émile P. Torres, sobre a corrida para se desenvolver Inteligência Artificial Geral (AGI), ou seja, sistemas com capacidades cognitivas iguais ou superiores ao dos humanos, diferentemente do que tempos hoje, que são IAs especializadas em determinadas funções (ex. chatbot, reconhecimento facial). No artigo as autoras argumentam que o que motiva essa corrida tem raízes na tradição eugênica²² anglo-americana do século XX, sendo que esses ideais são frequentemente declarados de forma explícita e, em alguns casos, os eugenistas da primeira onda são especificamente mencionados. Segundo o artigo, isso “resulta em sistemas que prejudicam grupos marginalizados e centralizam o poder, ao mesmo tempo em que usam a linguagem da ‘segurança’ e do ‘benefício à humanidade’ para fugir da responsabilidade”²³. Na nossa entrevista, Timnit destacou:

“Eu não pensei que a conexão fosse tão direta, tipo, literalmente direta, sabe, entre eugenia e transhumanismo. Mas eu sabia que eram todas as terminologias que eles estavam usando. As análises que estavam usando eram assim. Então, quando comecei a trabalhar nesse artigo, ficou tudo muito claro. E nós

21 Gebru, T. & Torres, Émile P. (2024). The TESCREAL bundle: Eugenics and the promise of utopia through artificial general intelligence. *First Monday*, 29(4). <https://doi.org/10.5210/fm.v29i4.13636>

22 Eugenia faz referência a um conjunto de ideias preconceituosas sobre melhoria genética dos seres humanos. Prega uma seleção artificial, em oposição à seleção natural de Darwin, para escolher que critério devem permanecer na reprodução humana. Essas ideias foram usadas no nazismo para conceber sua noção de “pureza racial” e também são a base do racismo científico.

23 Idem, pg 1.

conseguimos apresentar uma análise que pudemos então enviar para outras pessoas. Chamamos isso de “TESCREAL bundle”²⁴, os transhumanistas, altruístas eficazes, longotermistas, e algumas de suas ideologias relacionadas. O termo estava até na Wikipedia, que chegou a ser tirado do ar pelos *affective altruists*, mas depois voltou.²⁵ – Timnit Gebru para o podcast “Imagine”.

Para Timnit e Émile, todas essas ideologias que o acrônimo TESCREAL comporta, devem ser tratadas como um grupo “‘interconectado e sobreposto’ com origens compartilhadas”²⁶. Isso porque é difícil entender onde uma teoria começa e outra termina nas falas dos *tech bros*, já que muitos estão associados a várias ideologias que compõem o acrônimo. Ainda que alguns seguidores do *effective accelerationism* façam questão de se identificar como tal, colocando a sigla “e/acc” em suas biografias nas redes sociais, muitas vezes as nuances são mais sutis e não declaradas. Em um quadro macro, o perfil dos proponentes e seguidores dessas ideologias é de homens brancos, capitalistas de risco, fundadores e engenheiros que se beneficiariam financeiramente do progresso acelerado da tecnologia.

24 TESCREAL é um neologismo de acrônimo proposto no artigo para se referir ao Transhumanismo, Extropianismo, Singularitarismo, Cosmismo (moderno), Ideologia racionalista, Altruismo eficaz e Longtermismo.

25 Wikipedia, “TESCREAL”. Wikipedia, the free encyclopedia, Acesso em 6 de junho de 2025, <https://en.m.wikipedia.org/wiki/TESCREAL>.

26 GEBRU, Timnit & TORRES, Émile P. “The TESCREAL bundle: Eugenics and the promise of utopia through artificial general intelligence.” *First Monday* 29, no. 4 (2024), <https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/13636>.



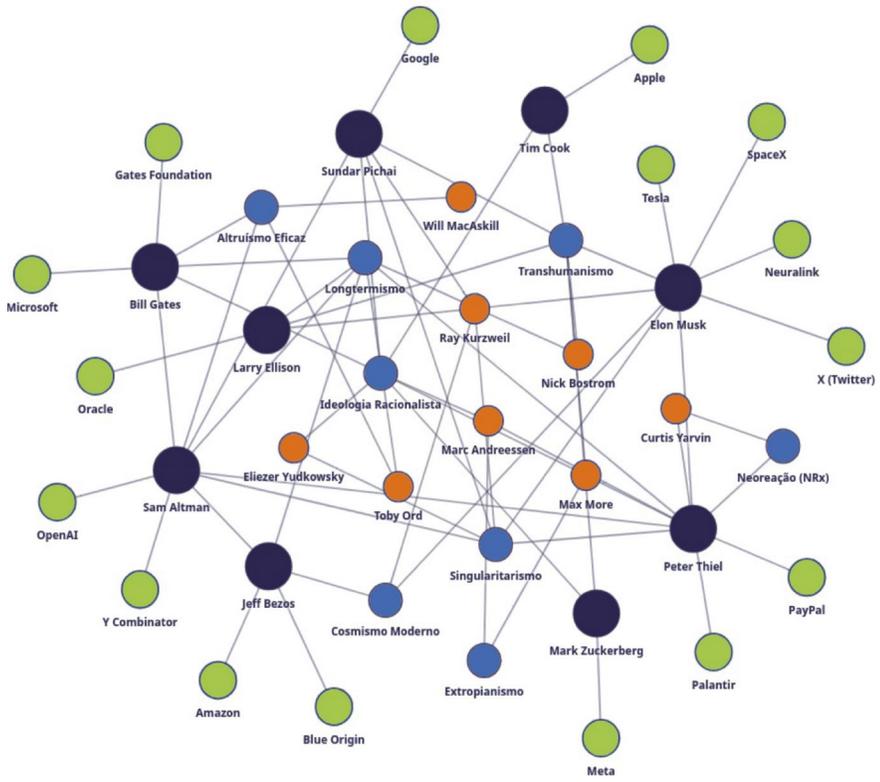


Um de seus representantes bastante vocais é o investidor Peter Thiel, capitalista de risco co-fundador do Paypal, junto com Musk, e da Palantir, e o mentor e financiador da campanha do vice-presidente americano J.D. Vance. A aliança política entre Musk e Trump, e entre Thiel e Vance, simbolizam bem esse momento em que ideologias do Vale do Silício confluem, ou se tornam compatíveis a políticas nacionalistas do MAGA (Make America Great Again), pelo menos até o ponto em que a desregulação e o nacionalismo favoreçam o acúmulo de riqueza e abram o caminho para essa aceleração que não se submete aos freios e contrapesos dos direitos fundamentais. Thiel já chegou a declarar que “liberdade e democracia são incompatíveis”²⁷, explicitamente citando o direito ao voto para as mulheres e expansão de benefícios sociais como um dos entraves para a visão de democracia libertária que ele defende, apontando a tecnologia como único caminho para a liberdade. Assim, vemos a constituição de uma rede de influência de bilionários das Big Tech que se alinham por uma sobreposição de ideologias tecnosolucionistas, conforme o gráfico da próxima página.

Na iminência da segunda vitória de Trump, os primeiros a deixar cair o pouco que restava das máscaras do bom samaritano geek foram justamente os CEOs de empresas que detém plataformas de comunicação. Elon Musk, desde

27 THIEL, Peter. “The education of a libertarian,” *Cato Unbound*, 13 de abril de 2009. <https://www.cato-unbound.org/2009/04/13/peter-thiel/education-libertarian/>

Rede de Influência: Bilionários da Tecnologia e Ideologias



■ Empresas (Exterior) ■ Bilionários Tech ■ Ideologias ■ Filósofos (Centro)

Fonte: Grapho realizado para esse artigo, com auxílio da claude.ia





o início da campanha usou o X como plataforma para impulsionar a campanha de Trump. Assim que Trump venceu, com visão semelhante a de Thiel, Jeff Bezos, que é também dono do Washington Post declarou mudanças editoriais no jornal, em que *opinion pieces* deveriam defender “liberdades individuais” e “livre mercado”²⁸. Zuckerberg, que detém o Instagram, Facebook e Whatsapp, fez um anúncio se aliando a Trump contra países que tentam regular a internet, fazendo críticas e menção explícita ao Supremo Tribunal Federal pelo bloqueio do X no Brasil²⁹. Além disso, anunciou mudanças nas políticas de moderação de conteúdo da META, explicitamente normalizou que pessoas LGBTQIA+, mulheres e outras comunidades historicamente vulnerabilizadas fiquem mais sujeitas ao discurso de ódio, ao defender uma visão da liberdade de expressão sem limites³⁰. Gradualmente, em conformidade com a visão aceleracionista de que a IA vai resolver tudo, a META tem apostado em substituir a moderação de conteúdo humano por IA³¹. Zuckerberg, assim como a Amazon, Google/Alphabet e Microsoft também anunciaram o fim ou a redução das políticas de DEI (Diversity,

28 The Guardian. Washington Post opinion editor departs as Bezos pushes to promote “personal liberties and free markets”, The Guardian, 26 de fevereiro de 2025. Acesso em 6 de junho de 2025, <https://www.theguardian.com/media/2025/feb/26/jeff-bezos-washington-post-opinion>.

29 No momento de fechar este artigo, Eduardo Bolsonaro inclusive está pelas terras norte-americanas tentando argumentar o mesmo, razão pela qual está sendo investigado por coação e ameaça a nossas instituições democráticas.

30 The New York Times. Meta Drops Rules Protecting L.G.B.T.Q. Community as Part of Content Moderation Overhaul, The New York Times, 7 de janeiro de 2025. Acesso em 6 de junho de 2025, <https://www.nytimes.com/2025/01/07/business/meta-lgbtq-hate-speech.html>.

31 NPR. Meta plans to replace humans with AI to assess privacy and societal risks, NPR, 31 de maio de 2025. Acesso em 6 de junho de 2025, <https://www.npr.org/2025/05/31/nx-sl-5407870/meta-ai-facebook-instagram-risks>.

Equity and Inclusion)³². O que alinha todos eles é essa noção de eficiência acelerada, com bases eugenistas.

Pouco a pouco, as Big Tech se sentiram livres para diminuir os gastos justamente com as equipes de privacidade, segurança, diversidade e inclusão e também com interlocutores das equipes de políticas públicas no sul global. Nesses territórios, investem apenas em vendas, como foi a recente participação da META e do Google no 2º Seminário Nacional de Comunicação do Partido Liberal, para ensinar participantes a usar suas ferramentas de IA³³.

Com o crescimento nos EUA da extrema direita no poder, não há mais a necessidade de usar máscaras de bom moço, gastos podem ser cortados, porque a noção de eficiência do *effective accelerationism* não requer essas proteções e nem equipes de políticas espalhadas por todo o mundo. Na interlocução com um governo nacionalista de extrema direita, o foco agora é apenas o Congresso norte americano. Tanto que no primeiro trimestre de 2025, Meta, Alphabet, Microsoft, ByteDance (empresa do TikTok e do CapCut), X (antigo Twitter) e Snap, investiram um total de \$17.5 milhões de dólares³⁴

32 BBC News. Meta e Amazon reduzem iniciativa de diversidade, BBC News, [data], traduzido pelo Google Translate. Acesso em 6 de junho de 2025, <https://bbc.com/news/articles/cgmy7xpw3pyo>

33 The Intercept Brasil. "O que aprendi na oficina de IA que Google e Meta deram para extrema direita," The Intercept Brasil, 4 de junho de 2025. Acesso em 6 de junho de 2025, <https://www.intercept.com.br/2025/06/04/oficinas-google-meta-partido-bolsonaro/>.

34 Issue One. 2025. "Big Tech Lobbies for a Seat at the Table as the 119th Congress Sets Its Tech Policy Priorities." Issue One. Acesso em 6 de junho de 2025. <https://issueone.org/articles/big-tech-lobbies-for-a-seat-at-the-table/>.



para lobby só nessa arena política. Afinal, a convergência em posicionamentos não significa total sobreposição de interesses, o que ficou claro quando o nacionalismo do MAGA virou políticas tarifárias, o que resultou na mais recente briga entre os bilionários Musk e Trump³⁵.

Uma briga entre duas *personas* tão narcisistas já era esperada e digna de fazer uma pipoca para assistir. Mas, para além dos memes, é um momento interessante de entender e refletir sobre o cenário político atual. O brilho assignado a uma suposta genialidade dos *tech bros* e suas visões de futuro nunca foi uma narrativa condizente para pesquisadoras e ativistas trabalhando em temas como violência de gênero e suas interseccionalidades de raça, classe, sexualidade, etnia e territorialidade; nem para quem se foca no monitoramento sobre como os algoritmos e as publicidades direcionadas favorecem conteúdos de ódio, desinformação e anti-democráticos e censuram ou despriorizam causas de movimentos historicamente vulnerabilizados; muito menos para os vários ativismos em prol da soberania tecnológica e dos cuidados digitais; ou para pessoas críticas ao capitalismo de vigilância e ao colonialismo digital e os movimentos contra violações a direitos trabalhistas de moderadores de conteúdo e outros trabalhadores

35 O Globo. "Trump diz não saber se ele e Musk manterão uma boa relação: 'muito decepcionado';" O Globo, 5 de junho de 2025. Acesso em 6 de junho de 2025, <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/06/05/trump-diz-nao-saber-se-ele-e-musk-manterao-uma-boa-relacao-muito-decepcionado.ghtml>.



de plataformas. Mas para enfrentar quem tem bilhões, é preciso ir além, fomentar pontes e unir forças entre nossas várias pautas de direitos e nossos movimentos sociais. O mais comum é que não se tenha a tecnologia como ponto de partida para produzir pensamento crítico ou alternativas, mas cada vez mais todos nós sentimos nossas vidas e pautas afetadas pela nova geopolítica que se delinea com a conformação de poder dessa tecnologia oligarquia. É importante lembrar que nossa luta conflui de maneira poderosa, diferentemente de alianças que visam o lucro e a necropolítica. Nossa luta se alinha pela força ancestral da defesa de direitos e pela vontade de construir alternativas que cresçam inspiradas pelo amor à vida. Nossa luta é a mesma e precisa se unir, como força oposta à visão de mundo desses bilionários. Espero que esse artigo contribua um pouco com essa união de forças, ao trazer mais insumos, ainda que superficialmente, para percebermos como eles se alinham.



Desinformação ambiental e climática na Região Norte: dinâmicas e impacto no contexto da COP-30

**Letícia Capone; Caroline Pecoraro;
Ana Julia Bernardi; Agnes Franco;
Tatiana Dourado; Fabiano Garrido**

Introdução

A desinformação na Amazônia Legal, especialmente relevante diante da realização da COP30 em Belém, tem sido objeto de diversos estudos recentes. Relatórios do projeto “Amazônia Livre de Fake” (INTERVOZES, 2023; 2024) identificam três segmentos centrais na difusão local: organizações e ativistas de direita, figuras políticas e veículos jornalísticos. Muitos desses atores têm vínculos com o agronegócio e utilizam meios de comunicação



próprios para difundir conteúdos alinhados a seus interesses, em um contexto no qual 48% dos municípios brasileiros são desertos de notícias – municípios (ou regiões) que não dispõem de informação jornalística local e hoje são 5 em cada 10 municípios brasileiros (PROJOR; VOLT DATA LAB, 2023) e a região Norte apresenta a menor densidade de veículos locais.

Segundo o Intervozes (2023), a desinformação não se restringe à disputa entre verdade e mentira, mas constitui uma estratégia deliberada de construção de uma visão de mundo baseada em um modelo desenvolvimentista e predatório, contrário aos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais. Essa análise converge com as observações do Instituto Democracia em Xequê, que aponta a desinformação socioambiental como um fenômeno sistêmico, mobilizado em ondas narrativas conforme os interesses de seus propagadores.

Um exemplo marcante ocorreu na CPI das ONGs instaurada pelo Senado Federal em 2023 e liderada por parlamentares da região Norte, como Plínio Valério (PSDB-AM) e Márcio Bittar (União-AC). A comissão se tornou palco de discursos que negavam consensos científicos sobre a crise climática e atacavam organizações socioambientais, sustentando que a comunidade internacional – inclusive a ONU – buscaria impedir o desenvolvimento do Brasil (FRANCO et al., 2024). Essa retórica de “progresso cerceado” contrasta com a



percepção da população regional: a “Pesquisa de Valores Ambientais e Atitudes sobre a Amazônia” (UFPA, 2024) mostra ampla adesão às políticas ambientais e alta confiança no Ibama (53,7%), indicando receptividade positiva às agendas de proteção socioambiental.

1. Tipologias de narrativas com desinformação relacionadas ao clima e meio ambiente

As postagens de desinformação sobre a Amazônia concentram-se na criminalização de ONGs e ambientalistas e na exaltação de militares como supostos defensores da região (INTERVOZES, 2024). Essa ideia foi reforçada durante a presidência de Jair Bolsonaro, que promoveu ampla militarização dos órgãos de gestão socioambiental. Levantamento de Seibt (2020) identificou 99 militares em cargos de chefia nessas instituições, incluindo 19 no Ibama e 17 no ICMBio; ao final do período, apenas duas das 39 coordenações regionais da Funai eram chefiadas por servidores de carreira (INFOAMAZONIA, 2023).

O mapeamento das narrativas mais recorrentes revela quatro eixos principais:



A) “Interferência externa” ou “perda de soberania”, que associa políticas de controle do desmatamento à ingerência internacional!

B) “Trava ao desenvolvimento”, segundo a qual ações governamentais impediriam o progresso econômico².

C) “Cercar a Amazônia”, que acusa políticas ambientais de limitar a soberania nacional³.

D) Ataques a gestores e órgãos ambientais, especialmente ao **MMA, ICMBio e Ibama,** frequentemente acompanhados de **ofensas misóginas à ministra Marina Silva**⁴. Esses ataques narrativos dão suporte a uma agenda legislativa que busca flexibilizar a proteção ambiental e enfraquecer o poder de fiscalização desses órgãos. Exemplos recentes incluem o PL 2159/2021, que visa flexibilizar o Licenciamento Ambiental sob a justificativa de que os órgãos de controle são “lentos” e representam uma “trava ao desenvolvimento”; a aprovação da Lei do Marco Temporal (Lei 14.701/2023); propostas de regularização de terras invadidas (como o PL 2633/2020, ou ‘PL da

1 Exemplos: <https://x.com/filipebarrost/status/1899525292190023792>; <https://x.com/schmittpaula/status/1875125056768290838>. Acesso em 2 de outubro de 2025.

2 Exemplos: <https://www.instagram.com/gibanet/p/DHXKpEC17jh/>; <https://www.youtube.com/watch?v=FfXIE5bwcqI>. Acesso em 2 de outubro de 2025.

3 Exemplos: <https://x.com/LogInfra/status/1925604363604516978>; <https://www.instagram.com/p/DLDSosp3-V/#>. Acesso em 2 de outubro de 2025.

4 Exemplos: <https://www.tiktok.com/@umnovogoiias/video/7509923611503840517>; <https://x.com/apropriajulia/status/1888729260753367177>. Acesso em 2 de outubro de 2025.



Grilagem⁵); e projetos para permitir a mineração em Terras Indígenas (PL 191/2020).

2. Ação coordenada de desinformação sobre clima e meio ambiente

A desinformação climática e ambiental integra estruturas coordenadas de comunicação política, amplificadas por atores de direita e ultradireita, frequentemente vinculados ao agronegócio, ao setor mineral ou ao controle de meios de comunicação e veículos de mídia⁵. Trata-se de uma ecologia informacional organizada, em que conteúdos ideologicamente orientados são produzidos, disseminados, amplificados e monetizados de modo interdependente.

As plataformas digitais - em especial X (antigo Twitter), Telegram e WhatsApp - funcionam como infraestruturas de engajamento que favorecem mensagens divisionistas, que incitam a polarização e que mobilizam emoções e símbolos. Seus algoritmos de recomendação, otimizados por métricas de reação emocional, amplificam

⁵ Em 2022, os governadores eleitos ou reeleitos na região Norte são filiados a partidos do centrão tradicional ou ampliado (PP, União Brasil, Solidariedade, MDB e Republicanos). Ver lista completa em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2022/10/30/os-governadores-eleitos-em-2022-nos-estados-brasileiros>. Do total, cinco são aliados ou declararam apoio a Jair Bolsonaro (Gladson Cameli, PP/AC; Wilson Lima, União/AM; Cel. Marcos Rocha, União/RO; Antonio Denarium, PP/RR; Wanderlei Barbosa, Republicanos/TO) e dois declararam apoio a Lula (Clécio, Solidariedade/AP; Helder Barbalho, MDB/PA).



discursos estruturados em torno da ambiguidade, medo, desconfiança e nacionalismo, tornando as narrativas de “perda de soberania”, “trava ao desenvolvimento” e ataques a órgãos ambientais especialmente eficazes no ambiente digital.

Essa engrenagem se evidencia em momentos de crise, quando a desinformação opera como mecanismo de enquadramento político de desastres. Nas enchentes do Rio Grande do Sul (2024), por exemplo, redes de extrema direita mobilizaram conteúdos que culpavam a legislação ambiental, atacavam ONGs e instituições científicas e minimizavam as causas climáticas da tragédia, conforme mapeado por Capone et al. (2024). Um padrão semelhante ocorreu na Amazônia em 2019, com a prisão de brigadistas voluntários em Alter do Chão (PA), que foram falsamente acusados de iniciar os incêndios que combatiam. A tática se repetiu durante a severa estiagem e as queimadas na Amazônia em agosto de 2024. Nesse episódio, monitoramentos realizados pelo Instituto Democracia em Xequê identificaram que políticos de oposição, como Flávio Bolsonaro e Damares Alves, exploraram a crise para questionar a atuação do governo federal e da ministra Marina Silva, disseminando a narrativa de que artistas e ambientalistas estariam “desaparecidos” ou silenciados. Os episódios acima ilustram um padrão recorrente já observado na CPI das ONGs, quando discursos semelhantes



foram sistematicamente difundidos para enfraquecer a legitimidade da ciência e das políticas públicas ambientais. Levantamentos recentes indicam que o alcance de postagens que visam minar a credibilidade do Brasil como país-anfitrião da COP30 mais do que dobrou nas redes sociais, com alcance de 1,2 milhão de usuários em agosto frente a 486 mil na média de janeiro a julho⁶.

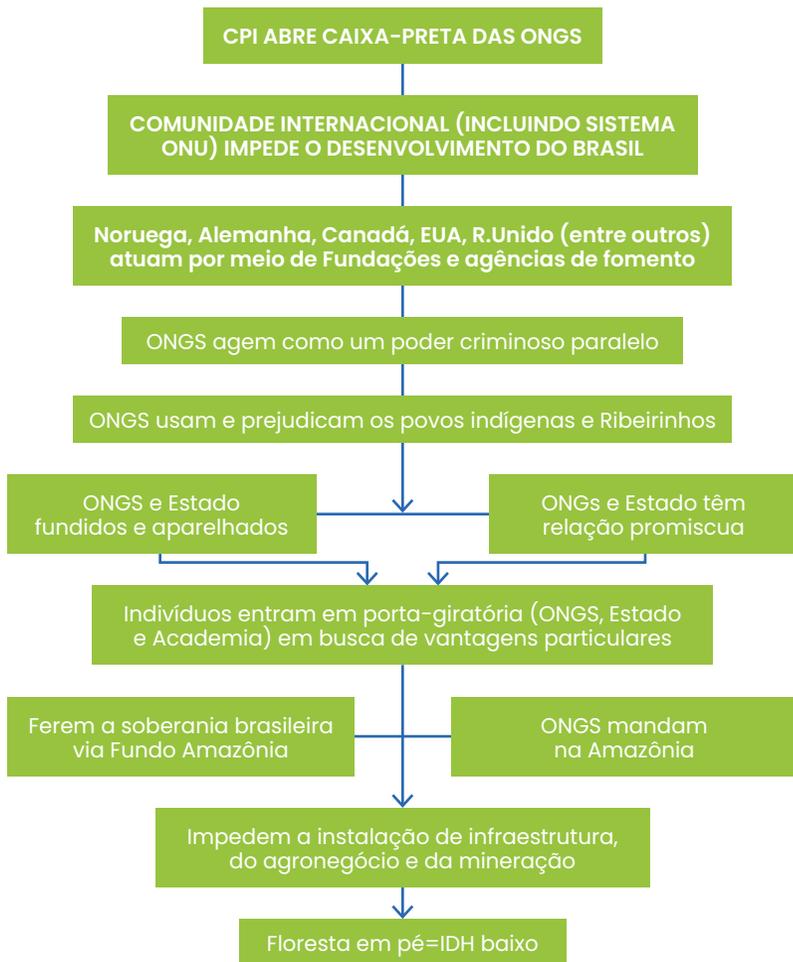
Em ambos os casos, observa-se um sistema de desinformação socioambiental de natureza cíclica, no qual narrativas são reativadas conforme o contexto político, ajustadas a disputas de poder e a interesses econômicos específicos. Essa dinâmica reforça visões desenvolvimentistas predatórias, corroendo a confiança social nas instituições e comprometendo a formulação e eficácia de políticas de mitigação e adaptação climática.

⁶ Ver em <https://isideloadd.com/?q=https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/09/alcance-da-desinformacao-sobre-a-cop30-dobra-nas-redes-sociais-afirma-levantamento.shtml> Acesso em 20 de outubro de 2025.



Mapa narrativo construído a partir da fala de senadores durante as sessões da CPI das ONGs, entre junho e dezembro de 2023

(realizado pelos autores)





Conclusão

A desinformação na Região Norte constitui um sistema coordenado de comunicação política, sustentado por interesses econômicos e ideológicos que moldam percepções públicas sobre ciência, meio ambiente e Estado. Mais do que disseminar falsidades, essas redes constroem enquadramentos propagandísticos de manipulação simbólica que legitimam um modelo de desenvolvimento predatório e enfraquecem a confiança nas instituições. Este sistema é particularmente eficaz em um contexto de profunda desigualdade digital: a Região Norte possui os menores índices de conectividade do país, com estados como Acre, Amazonas e Pará nas últimas posições de acesso domiciliar à internet (SALDANHA, 2024). Essa infraestrutura precária, em que o acesso depende quase exclusivamente do celular, limita o consumo de mídias mais complexas e fortalece o uso de aplicativos de mensagem instantânea — que já são a atividade mais comum na internet brasileira (CETIC.BR, 2023). Essa dependência de aplicativos como o WhatsApp, somada à escassez de jornalismo local (PROJOR; VOLT DATA LAB, 2023) cria um ambiente ideal para a circulação de desinformação em redes fechadas, compondo a gramática política da manipulação.

A atuação articulada de atores políticos, midiáticos e empresariais, potencializada pelas plataformas digitais,

converte temas como soberania e progresso em discursos anti-ciência e antiambientais, compondo uma verdadeira gramática política da desinformação. Essa dinâmica reforça desigualdades comunicacionais e amplia a vulnerabilidade democrática na Amazônia.

O enfrentamento exige políticas públicas de integridade informacional, com foco em jornalismo local, transparência algorítmica e letramento midiático e científico. Tais ações, integradas entre Estado, universidades e sociedade civil, são essenciais para fortalecer a resiliência democrática e proteger os biomas e os direitos coletivos frente às novas formas de manipulação digital.

O fortalecimento desses pilares, contudo, enfrenta barreiras significativas no contexto amazônico. O jornalismo local, essencial para a verificação de fatos no território, sofre com a precarização econômica e atua em um cenário de desertos de notícias, onde a Região Norte apresenta a menor densidade de veículos do país. Além disso, comunicadores que investigam o crime socioambiental frequentemente enfrentam assédio e ameaças de atores ligados ao agronegócio e ao setor mineral. A transparência algorítmica esbarra no modelo de negócios das plataformas digitais, que são otimizadas por métricas de reação emocional e lucram ao amplificar as narrativas de medo e desconfiança.



Superar estes desafios é fundamental, pois o negacionismo climático não é apenas opinião, mas um dispositivo estratégico que gera inação e atua como barreira direta à mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Essa desinformação, frequentemente ligada a interesses que buscam deslegitimar políticas ambientais, é uma ameaça central à proteção dos biomas.

O reconhecimento desse desafio está mudando a abordagem global. A preparação para a COP30, a ser realizada em Belém, inova ao colocar a Integridade da Informação sobre Mudança do Clima como um pilar para o sucesso da ação climática. Essa nova perspectiva foca não apenas em enfrentar a desinformação, mas em promover proativamente um ecossistema de informação saudável. Exemplos concretos dessa ação incluem a *Iniciativa Global para Integridade da Informação sobre Mudanças do Clima*, lançada pelo Brasil, ONU e UNESCO no G20, e a articulação da *Rede de Parceiros pela Integridade da Informação sobre Mudança do Clima*, que conta com mais de 120 organizações brasileiras vinculadas e atuação do Instituto Democracia em Xequê como secretariado. Tais esforços representam um passo fundamental para que a colaboração e a ciência superem o negacionismo, protegendo tanto a resiliência democrática quanto o futuro do clima.



Referências

CAPONE, L. et al. *Narrativa e desinformação no contexto da crise climática do Rio Grande do Sul #1*. Instituto Democracia em Xequê, 2024. Disponível em: <https://institutodx.org/publicacoes/narrativas-e-desinformacao-no-contexto-da-crise-climatica-do-rio-grande-do-sul-1/>. Acesso em: 7 out. 2024.

CETIC.br. *Pesquisa TIC Domicílios 2023: resumo executivo*. São Paulo: NIC.br, ago. 2024. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20240826110955/resumo_executivo_tic_domicilios_2023.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

FRANCO, A. de O. et al. *Inventário das sessões da CPI das ONGs*. Instituto Democracia em Xequê, 2024. Disponível em: <https://institutodx.org/blog/relatorios-de-monitoramento-da-cpi-das-ongs/>. Acesso em: 7 out. 2025.

INFOAMAZONIA. *Funai inicia “desmilitarização” após quatro anos de governo Bolsonaro*. InfoAmazonia, 19 jan. 2023. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2023/01/19/funai-inicia-desmilitarizacao-do-quadro-apos-quatro-anos-de-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 20 out. 2025.

INTERVOZES – Coletivo Brasil de Comunicação Social. *Combate à desinformação sobre a Amazônia Legal e seus defensores*. 2023. Disponível em: <https://amazonialivredfake.org/wp-content/uploads/2023/04/INTERRelatorioICS.pdf>. Acesso em: 7 out. 2025.

INTERVOZES – Coletivo Brasil de Comunicação Social. *Combate à desinformação sobre a Amazônia Legal e seus defensores*. 2024. Disponível em: https://amazonialivredfake.intervozes.org.br/wp-content/uploads/2024/07/INTERRelatorioICS2024_Final_Digital.pdf. Acesso em: 7 out. 2025.



PROJOR; VOLT DATA LAB. *Atlas da Notícia*. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.atlasdanoticia.jor.br/>. Acesso em: 7 out. 2025.

SALDANHA, R. Mais de 20 milhões de brasileiros não têm internet em casa, diz IBGE. *CNN Brasil*, 12 dez. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/mais-de-20-milhoes-de-brasileiros-nao-tem-internet-em-casa-diz-ibge/>. Acesso em: 20 out. 2025.

SEIBT, T. Governo Bolsonaro tem 99 militares comissionados na gestão socioambiental. *Fiquem Sabendo*, 22 out. 2020. Disponível em: <https://fiquemsabendo.com.br/meio-ambiente/militares-gestao-socioambiental/>. Acesso em: 20 out. 2025.

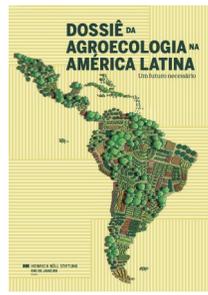
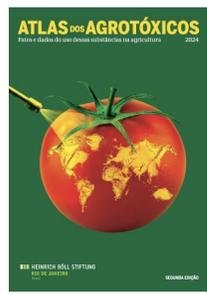
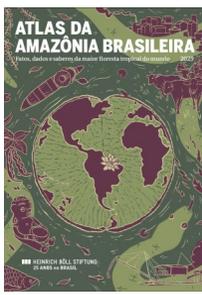
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA. *Pesquisa de valores ambientais e atitudes sobre a Amazônia*. 2024. Disponível em: <https://ppgcp.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/noticias/todas/484-live-do-pvaaa-ocorrera-no-dia-30-de-julho>. Acesso em: 7 out. 2025.



Quem Somos

A Fundação Heinrich Böll é uma organização política alemã, presente em mais de 34 países e conectada ao Partido Verde da Alemanha. Promover diálogos pela democracia e buscar a garantia dos direitos humanos; atuar em defesa da justiça socioambiental; defender os direitos das mulheres e se posicionar como antirracista são os valores que impulsionam nossas ideias e ações. No Brasil, a organização apoia projetos de diversas organizações da sociedade civil, organiza debates e produz publicações gratuitas. Seguimos sempre o conselho de Heinrich Böll, escritor alemão que inspirou o nome da Fundação: **“envolver-se é a única forma de enfrentar a realidade”**. Nós queremos inspirar outras pessoas a fazerem o mesmo.

Publicações da Fundação Heinrich Böll





Se quiser saber mais sobre os movimentos de mulheres, siga nossas parceiras:

SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia

Organização feminista criada em 1981, com sede na cidade do Recife – Pernambuco, na região Nordeste do Brasil. Atua na formação e mobilização de mulheres, contribuindo para construção de uma sociedade democrática e igualitária com justiça socioambiental.

@soscorpo.feminista

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

Organização fundada em 1989, com sede em Brasília e dedicada a formação política e estudos sobre feminismo, direitos humanos, democracia e igualdade racial

@cfemea_feminista

Odara – Instituto da Mulher Negra

Organização negra feminista, centrada no legado africano, sediada em Salvador, na Bahia. Atua desde 2010 com o compromisso de atuar pelo fortalecimento da autonomia e garantia de direitos das mulheres negras, e pelo enfrentamento às violências raciais e de gênero.

@odarainstituto

AzMina

A Revista AzMina é um veículo jornalístico focado na cobertura de temas diversos com recorte de gênero que nasceu em 2015.

@revistaazmina



Se quiser saber mais sobre tecnopolítica, siga as iniciativas:

Coding Rights

Organização feminista que atua e debate tecnologia sob uma perspectiva coletiva, transfeminista, decolonial e antirracista. Usam a criatividade e o conhecimento hacker para instigar imaginários que desafiem as desigualdades de poder.

@codingrights

Instituto Democracia em Xequê

Criado em fevereiro de 2021 como projeto de pesquisa e incidência institucional, o Democracia em Xequê torna-se, em dezembro de 2023, um Instituto de âmbito nacional, com a missão de produzir conhecimento para enfrentar campanhas de desinformação, discurso de ódio e extremismo político violento.

@institutodx

MariaLab

Organização feminista que atua na intersecção entre política, gênero e suas tecnologias, trabalhando pela valorização do autocuidado nos meios digitais, levando a tecnologia para espaços feministas e o feminismo para espaços de tecnologia.

@marialab_org

Podcast Tecnopolítica

Espaço virtual que debate as relações entre tecnologia e política de forma crítica e acessível, a partir de cursos e do podcast Tecnopolítica.

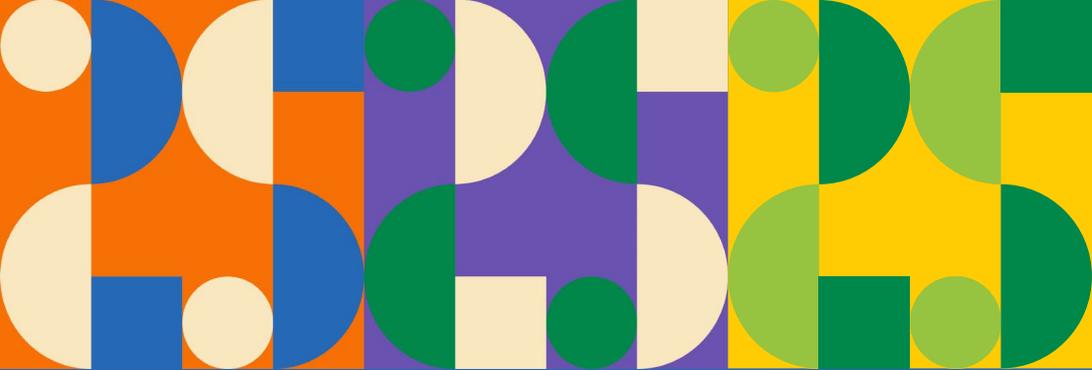
@podtecnopolitica

Podcast Imagine

Podcast da Coding Rights que organiza uma série de conversas inspiradoras com mulheres e pessoas não-binárias de todo o mundo para especular sobre futuros alternativos.







Democracia sob pressão:

reflexões sobre a extrema
direita com as chaves do
passado, presente e futuro

Andrea Dip

Joana Varon

Odilon Caldeira Neto

**Letícia Capone; Caroline Pecoraro; Ana Julia Bernardi;
Agnes Franco; Tatiana Dourado; Fabiano Garrido**

Marilene de Paula e Manoela Vianna (org)

■■■ HEINRICH
BÖLL
STIFTUNG
25 ANOS
no BRASIL